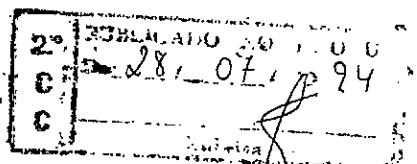




MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES



Processo no 10983.004549/91-21

Sessão de : 17 de novembro de 1993 ACORDADO Nº 201-69.108
Recurso no: 88.993
Recorrente: IRAMA - IND. REUNID. DE MADEIRAS ALVORADA LTDA.
Recorrida : DRF EM FLORIANÓPOLIS - SC

ITR - Propriedade situada dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o que, por si só, torna proibida qualquer forma de exploração, tornando-a inaproveitável, cf. art. 5º, parágrafo único da Lei nº 4.771/65 c/c o art. 5º, parágrafo 4º, da Lei nº 4.504/79. Inexiste obrigação de pedido anual de isenção, uma vez que a legislação pertinente passou a excluir tais áreas na fixação da base de cálculo, sendo inacumulativos os sistemas. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por IRAMA - IND. REUNID. DE MADEIRAS ALVORADA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos**, em dar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros ALOYSIO FLAUBERT GONÇALVES SEVERO e ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO

Sala das Sessões, em 17 de novembro 1993.

EDSON GOMES DE OLIVEIRA - Presidente

Henrique Neves da Silva
HENRIQUE NEVES DA SILVA - Relator

Wilton Bueno Júnior
WILTON BUENO JUNIOR - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 FEVEREIRO 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, SERGIO GOMES VELLOSO e SARAH LAFAYETTE NOBRE FORMIGA (suplente).

fclb/



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10983.004549/91-21

Recurso no: 88.993

Acórdão no: 201-69.108

Recorrente: IRAMA - IND. REUNID. DE MADEIRAS ALVORADA LTDA.

R E L A T O R I O

Trata-se de recurso oposto à decisão de primeiro grau que confirmou lançamento de ITR incidente sobre imóvel rural da Recorrente.

A decisão recorrida fundamenta-se em que a lide diz respeito à isenção decorrente do fato de o imóvel estar situado dentro do Parque da Serra do Tabuleiro, considerado área de preservação permanente pelo Decreto estadual nº 1.260/75, falecendo razão à Contribuinte porque deixou de renovar, para o exercício questionado, o pedido de reconhecimento do benefício, na forma do que determina o artigo 179, parágrafo 1º, do CTN.

Em seu recurso, a Recorrente reedita as razões expandidas em impugnação, acentuando que o fato de as terras estarem situadas dentro do Parque, e de constituírem área de preservação permanente por força de decreto estadual, é perfeitamente conhecido pela repartição, sendo, ademais, incabível a cobrança do tributo àquele que, por decorrência desse decreto, não possui o domínio útil ou a posse efetiva do imóvel.

É o relatório. 



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10983.004549/91-21
Acórdão no 201-69.108

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HENRIQUE NEVES DA SILVA

Entendo que a questão aqui em foco vem sendo colocada em termos equivocados. Com efeito, não cabe, no caso, determinar a "reserva legal", nem aplicar o benefício isençional mencionado no artigo 5º da Lei nº 5.868/72, e muito menos o coeficiente de redução em 90% do imposto devido. Todo o tratamento legal na matéria foi alterado, sem que para isso se tenha atentado.

Com efeito, o art. 5º da Lei nº 5.868/72 assim dispunha:

"Art. 5º - São isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:
I - as áreas de preservação permanente onde existam florestas formadas ou em formação."

Ocorre que, posteriormente, foi introduzida a Lei nº 6.746, de 10.12.79, que deu nova redação aos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504/64, no concernente ao cálculo do ITR, e por essa forma veio dar tratamento diverso às áreas assim descritas. E, de acordo com esse diploma legal, na apuração do módulo fiscal não se considera área aproveitável a "área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente ou reflorestamento com essências nativas" (art. 5º, parágrafo 4º, letra b).

Nesse sentido, espanca qualquer dúvida o confronto entre o disposto no Decreto nº 72.106, de 18.04.73 (arts. 15, 16, 23 e 24) (diploma este abrangendo inclusive o art. 5º da Lei nº 5.868/72) e o Decreto nº 84.685, de 06.05.80, que regulamenta os citados artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504/64, com a redação dada pela Lei nº 6.746/79. Ambas as normas dispõem sobre o cálculo do ITR.

O exame atento dessa legislação evidencia que a condição de área de preservação permanente passou a ser considerada, não mais para exclusão de um crédito tributário, mas sim para sua exclusão da base de cálculo desse mesmo crédito.

Em outros termos, tem-se que a legislação anterior, no que deferia isenção a essas áreas, tinha por pressuposto sua tributação. A nova norma veio, ao contrário, excluí-las já quando da identificação da base de cálculo do tributo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10983.004549/91-21
Acórdão no 201-69.108

Com efeito, a base de cálculo do tributo consiste na identificação do valor tributário e da alíquota pertinente. A lei nova estabeleceu que, enquanto o valor tributável permanecia inalterado (Valor da Terra Nua-VTN), a alíquota passava a ser definida pelo número de módulos fiscais do imóvel, os quais, por sua vez, se quantificam pela divisão da área **aproveitável** pelo módulo fiscal da região.

As áreas inaproveitáveis, entre elas as áreas de preservação permanente, portanto, e conforme dispositivo expresso da Lei nº 6.746/79, foram excluídas da própria base de cálculo do tributo pela redução da alíquota.

Não há como, concomitantemente, deferir isenção para tais áreas: a nova lei cuidou inteiramente à espécie, conferindo-lhe outro tratamento.

Veja-se que, tomando-se um imóvel com área de 100, sendo 50% área de preservação permanente, a alíquota aplicável para o cálculo do tributo já será apurada mediante a divisão de 50 (área aproveitável) - e não de 100 - pelo módulo fiscal do município, o que resulta em identificação de uma alíquota menor (quanto menos módulos fiscais menor a alíquota). Nenhum sentido teria tal norma se, concomitantemente, se deferisse isenção para a mesma área de preservação permanente, que então seria excluída uma segunda vez do cálculo do tributo devido a primeira pela redução da alíquota, pela redução da área considerada do imóvel, a segunda pela isenção da área de preservação permanente já não computada na fase anterior.

Tal constituiria verdadeiro contra-senso. Se a área de preservação permanente permanecesse isenta, de forma nenhuma caberia a sua exclusão no levantamento do número de módulos fiscais do imóvel, para fins de identificação da alíquota aplicável: o tributo calculado sobre a área aproveitável, remanescente, restaria reduzida, injustificadamente, pela aplicação imotivada da alíquota menor.

A entender que persiste a isenção em causa, se uma propriedade, em determinado município, tivesse 50 de área aproveitável e 0 de área de preservação permanente, por hipótese, enquanto outro imóvel tivesse 100 de área total, sendo 50 de área de preservação permanente, e 50 de área aproveitável, o primeiro pagaria, injustificadamente, um tributo maior que o segundo, conquantos ambos estivessem no mesmo município e possuíssem a mesma quantidade de área aproveitável (50). Isso porque o segundo não só se beneficiaria da mesma alíquota reduzida pertinente a propriedades de 50 de área (embora o seu tenha 100), mas, também, pleitearia (anualmente) a isenção de 50%, vendo assim o tributo reduzido novamente. Tal sistema não teria qualquer lógica ou sentido.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10983.004549/91-21
Acórdão no 201-69.108

Por outro lado, não há tratar como isenção o que isenção não é. A nova lei trata de base de cálculo do tributo, e não de exclusão do crédito tributário.

Dessa forma, tenho que, no presente caso, há de se aplicar a norma segundo a qual a lei que trata inteiramente a matéria revoga a anterior, que lhe dava tratamento diferente (art. 2º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil), aplicando-se, também, por extensão, o princípio pelo qual não se pode interpretar a lei de forma a conduzir a resultado destituído de sentido ou de lógica.

Para mim, portanto, tenho que deixou de prevalecer, em relação às áreas de preservação permanente, a isenção de que tratava o artigo 5º da Lei nº 5.868, e, por isso mesmo, não mais cabe falar em pedido anual de reconhecimento dessa isenção.

A lei que introduziu o novo tratamento, para computar por exclusão a área de preservação permanente na identificação da alíquota aplicável, não estabelece esse requisito de pedido anual, e é inadeguado à espécie o comando contido no artigo 179 do Código Tributário Nacional-CTN, pertinente a isenções.

Observo, ademais, que a lei estabelece claramente a responsabilidade do contribuinte pelas declarações que presta e confere à autoridade administrativa a competência e a atribuição de verificar, contestar e recusar os dados fornecidos, quando incorretos.

Resta, então, apenas verificar se a área questionada nestes autos pode ser definida como "área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente".

Tal questão torna-se incontroversa quando se verifica a declaração de fls. 03, a qual deixa claro que a área em questão está situada dentro do perímetro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto estadual nº 1.260, de 01.11.75, sendo a referida área de preservação permanente, conforme letra a do artigo 5º da Lei nº 4.771/65 e está coberta com vegetação nativa de espécie heterogêneas — própria da costa Atlântica.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10983.004549/91-21
Acórdão no 201-69.108

Assim, voto no sentido de dar provimento ao
recurso para declarar improcedente a ação.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Henrique Neves da Silva'.

HENRIQUE NEVES DA SILVA